

## DOS IMPERATIVOS SUBSCRITOS NA LEI Nº 13.415/2017 AO PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA EDUCACIONAL: LIMITES E POTENCIALIDADES DO NOVO ENSINO MÉDIO NA PERSPECTIVA DA GESTÃO ESCOLAR

Rafaela do Prado Piva (PIBIC/CNPq/FA/UEM), Roberta Crepaldi Borsatto (Coautora), Maria Carolina Miesse (Coorientadora), Vânia de Fátima Matias de Souza (Orientadora). E-mail: vfmsouza@uem.br

Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências da Saúde, Maringá, PR.

**Área e subárea do conhecimento: Ciências da Saúde/Educação Física**

**Palavras-chave:** Políticas Educacionais; Ensino médio; Gestão escolar.

### RESUMO

A presente pesquisa tem por objetivo analisar os limites e as potencialidades observadas no processo de implementação da Lei n. 13.415/2017, na perspectiva dos gestores escolares. Para tanto, ancora-se nos pressupostos metodológicos da pesquisa qualitativa do tipo descritiva, realizada a partir da revisão integrativa, sendo consideradas as seguintes bases de dados: Periódicos da Capes e a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), a partir dos descritores e operadores: “*Novo Ensino Médio*” OR “*Reforma do Ensino Médio*” OR “*Ensino Médio*” AND “*Gestão Escolar*”. Adotou-se como recorte temporal o período entre 2017, ano de implementação da Lei n.13.415/2017, e 2023. Como resultados, observa-se que as mudanças pensadas para melhoria e adequação da formação ofertada no ensino médio possuem desafios em relação a sua materialização, essencialmente com relação a formação dos profissionais e infraestrutura das instituições educativas, o que vai de encontro à uma formação de qualidade para esta etapa de ensino.

### INTRODUÇÃO

Após a Reforma de Estado de 1990, a política educacional brasileira sofreu modificações, baseando-se em princípios formativos voltados a formação do capital humano, para atender as demandas do mercado de trabalho que começam a serem definidas. Nota-se que tal processo de reformulação curricular se caracteriza por tomadas de decisão rápida e sem ampla discussão com os diversos segmentos da sociedade (Silva; Boutin, 2018).

Entre as mudanças definidas no cenário educacional brasileiro, especificamente na etapa do ensino médio, encontra-se a proposta pela Medida Provisória (MP) nº746/2016, aprovada pelo congresso nacional e sancionada pelo

ex presidente Michel Temer e ex-ministro da educação José Mendonça Bezerra Filho (Vicente; Moreira, 2019), resultando na criação, regulação e implementação da Lei nº 13.415/2017 (BRASIL, 2017). Segundo Vicente e Moreira (2019), a proposta tem como base de sua argumentação os déficits de qualidade do ensino comprovados por meio de dados abstraídos das avaliações de grande escala aplicadas no campo educacional, sugerindo uma nova organização para o ensino em que se tem a divisão dos saberes e conhecimentos tratados no campo escolar entre base comum e itinerário formativos.

Essa roupagem traduzida em uma pseudo-organização do ensino médio, teria como meta estabelecida para a sua implementação, inicialmente, conforme instituída pela Portaria MEC nº 521, de 13 de julho de 2021, o ano de 2022, para as 1º séries dessa etapa de ensino. Os ensejos estabelecidos pela proposta, por meio das orientações em relação a organização da implementação da legislação instituída, altera-se no ano de 2023, a partir da Portaria nº 627, de 4 de abril de 2023, suspende-se os prazos do Cronograma Nacional de Implementação do Novo Ensino Médio pelo prazo de 60 (sessenta) dias após a conclusão da Consulta Pública para a avaliação e reestruturação da política nacional de Ensino Médio, instituída pela Portaria MEC nº 399, de 8 de março de 2023.

A partir das novas reformas curriculares, o estudo teve como questão problema: Quais os desafios e potencialidades da materialização dos ideários subscritos nas políticas direcionadas ao Novo Ensino Médio, a partir da concepção dos gestores escolares?

## MATERIAIS E MÉTODOS

O presente estudo se caracteriza como uma pesquisa qualitativa do tipo revisão integrativa, que possibilita a análise acerca do conhecimento já produzido sobre a temática. De acordo com Crosset (2012), a revisão integrativa tem por objetivo a tentativa de sintetizar os resultados de pesquisas anteriores sobre o assunto, a fim de sistematizar os resultados da pesquisa na compreensão de fenômenos específicos. Para a realização da revisão foram utilizadas as seguintes bases de dados: Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e no *Catálogo de Teses e Dissertações da Capes*, utilizando os descritores e operadores utilizados foram: “Novo Ensino Médio” OR “Reforma do Ensino Médio” OR “Ensino Médio” AND “Gestão Escolar”. Adotou-se como recorte temporal o período entre 2017, ano de implementação da Lei n.13.415/2017, e 2023.

Adotou-se como critérios de inclusão: ser uma tese/dissertação realizada a partir de um estudo de campo; investigar a implementação da Lei n.13.415/2017 para a organização do ensino médio; abordar a temática a partir da perspectiva dos gestores escolares e estar disponível na íntegra para consulta. Como critérios de exclusão, delineou-se revisões de literatura, resumos, resenhas, artigos, livros, anais de evento e teses e dissertações que não foram desenvolvidas a partir de um estudo de campo, não abordar a implementação da Lei n.13.415/2017, com relação a suas

orientações para organização do ensino médio, não investigar a perspectiva dos gestores escolares no processo de implementação do NEM, não estar disponível para consulta na íntegra

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir desta busca, encontrou-se 366 dissertações/teses na base de dados *Catálogo de Teses e Dissertações da Capes* e 240 Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (*BDTD*), totalizando um quantitativo inicial de 606 produções, as quais foram analisadas seguindo os critérios de inclusão e exclusão. Após o levantamento e análise dos dados, 12 produções corresponderam aos critérios de inclusão. A leitura na íntegra de todas as produções foi realizada resultando na compreensão de como a gestão escolar/educacional vem interpretando a política educacional atual que define as novas diretrizes para a organização pedagógica do ensino médio.

**Figura 1. Produções selecionadas para análise**

| Título da tese/dissertação  | Autores          |
|---|------------------|
| 1.A IMPLEMENTAÇÃO DO ENSINO MÉDIO INTEGRAL INTEGRADO SOB A ÓTICA DA FLEXIBILIZAÇÃO DO CURRÍCULO.  | Borges (2019).   |
| 2.DESAFIOS E POSSIBILIDADES PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO NOVO ENSINO MÉDIO EM ESCOLAS PÚBLICAS DA REGIÃO DE SANTA MARIA/RS   | Much (2021).     |
| 3.DESAFIOS DA IMPLEMENTAÇÃO DO NOVO ENSINO MÉDIO NAS ESCOLAS PÚBLICAS.  | Zica (2023).     |
| 4.A CONTRARREFORMA DO ENSINO MÉDIO EM TEMPOS DE REFUNACIONALIZAÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO (LEI 13.415/2017): desdobramentos na rede estadual de Pernambuco e suas implicações ao processo de escolarização. | Nogueira (2020). |
| 5.Novo Ensino Médio ou renovação das condições de manutenção da velha dualidade educacional?  | Kossak (2020).   |
| 6.REFORMA DO ENSINO MÉDIO NA REDE ESTADUAL DE ENSINO DE MATO GROSSO DO SUL. MATERIALIZAÇÃO DA LEI N. 13.415/2017 NAS ESCOLAS PILOTO DO MUNICÍPIO DE DOURADOS-MS.  | Lopes (2021).    |
| 7.Reforma do Ensino Médio: vamos pensar uma educação ecossistêmica?   | Wathier (2019).  |
| 8.Demandas, desafios e limites do novo Ensino Médio: o que <u>pensam profissionais</u> da educação profissional.  | Lima (2019).     |
| 9.ENSINO MÉDIO EM TEMPO INTEGRAL: a política nacional do novo Ensino Médio e sua gestão no Estado do Amapá (2018-2019).   | Fonseca (2020).  |
| 10.SENTIDOS DE "NOVO" NO ENSINO MÉDIO EM CASCAVELICE: ITINERÁRIOS FORMATIVOS, PROTAGONISMO JUVENIL E PROJETOS DE VIDA EM QUESTÃO.   | Canuto (2023).   |
| 11.GESTÃO ESCOLAR EM DUAS ESCOLAS DE ENSINO MÉDIO – DF: o Programa de Ensino Médio de Tempo Integral.   | Sato (2019).     |
| 12.Educação em tempo integral em uma escola pública de ensino médio em Goiás: um estudo de caso.  | Santos (2018).p  |

Fonte: as autoras (2024)

A partir da análise das produções observa-se entre os pontos destacados pelos gestores entrevistados nas pesquisas analisadas, limites relacionados a formação docente e infraestrutura das escolas para uma efetiva implementação do Novo Ensino Médio. Os gestores salientaram que grande parte do corpo docente se encontra despreparado para a implementação do Novo Ensino Médio. Constata-se que os profissionais muitas vezes apenas reproduzem e aplicam a regulamentação da rede estadual, além do mais, existe um consenso em relação a necessidade de mudanças para ofertar uma educação de qualidade nessa etapa de ensino, entretanto, esta deveria ser realizada em conjunto aos docentes, a partir de um processo de construção conjunta, bem como de ações formativas para efetivo

conhecimento e interpretação das normativa federal. Os gestores também ressaltaram dificuldades em relação às condições materiais para implementação da proposta, estas dificuldades implicam na oferta das aulas da parte flexível do currículo, bem como no atendimento dos alunos em tempo integral, tendo em vista a falta de infraestrutura adequada para oferta.

## CONCLUSÕES

Conclui-se por meio da produção do conhecimento que a implementação do novo modelo de ensino médio, apresenta potencialidades em relação ao processo formativo profissional, entretanto, contrapondo-se ao modelo de formação humana, com foco no coletivo e a socialização dos saberes. Outrossim, evidenciou-se a carência de investimentos na formação docente continuada, infraestrutura e meios de comunicação facilitada entre docentes e órgãos responsáveis pela efetivação de uma educação com qualidade para o estudante do ensino médio.

## AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, Profa. Dra. Vânia de Fátima Matias de Souza e a minha co-orientadora Maria Carolina Miesse pelo auxílio concedido para a elaboração deste trabalho de iniciação científica. Por fim, à Capes, por fomentar a pesquisa científica.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Altera as Leis n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional [...]. Brasília, 16 fev., 2017.

CROSSETTI, Maria da Graça Oliveira. Revisão integrativa de pesquisa na enfermagem o rigor científico que lhe é exigido. **Rev Gaúcha Enferm.** v.33, n.2, p.8-9. Porto Alegre, RS, 2012.

SILVA, Rogério Luiz Nery; SCHNEIDER, Cleber José Tizziani. Análise estrutural e funcional voltada à participação quanto à reforma da educação pela nova lei do Ensino Médio. **Revista de Direitos Humanos e Efetividade**, Maranhão, v.3, n.2, p. 88-108, jul/dez.2017.

VICENTE, Vinicius Renan Rigolin; MOREIRA, Jani Alves da Silva. Políticas educacionais para a formação do jovem brasileiro: a reforma do ensino médio e as implicações da lei nº 13.415/2017. **Educação em Análise**, v. 4, n. 2, p. 187-206, 2019.